

Prezado(a) candidato(a):
Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.
Nº de inscrição: _____
Nome: _____

Questões de Direito Civil

Examinadora: Professora Lúcia Massara

Nas questões 1 a 10, marque a opção INCORRETA.

Questão nº 1: Entre Alberto e Tereza estabeleceu-se condomínio que incidiu sobre bem de natureza imóvel. Em razão desse direito, é INCORRETO afirmar que cada condômino pode

- (A) alterar a coisa comum para tornar seu uso mais adequado;
- (B) gravar sua parte indivisa;
- (C) alhear sua parte, respeitado o direito de preferência do outro condômino;
- (D) contrair dívida em proveito da comunhão;
- (E) requerer a cessação da indivisão, após 5 anos de seu estabelecimento, se tal estado foi previsto em testamento.

Questão nº 2: Crispim, solteiro, maior, tornou-se fiador no contrato de locação de imóvel urbano firmado entre Alfredo e Maria. Sobre a obrigação assumida por Crispim – a fiança - é INCORRETO afirmar que ela pode

- (A) ser estipulada sem o consentimento do devedor;
- (B) ser de valor inferior ao da obrigação principal, mas será nula se for mais onerosa;
- (C) ser de valor limitado;
- (D) incidir sobre obrigações que envolvam dívida futura;
- (E) ser garantida por uma subfiança, em que o abonador garante a solvência do fiador.

Questão nº 3: Milton e Regina discutem com seu advogado as condições de seu divórcio. Assinale a alternativa INCORRETA que o advogado repassou aos clientes.

- (A) sendo requerido em qualquer modalidade, a mulher poderá conservar seu nome de casada, se a retomada do nome de solteira lhe acarretar evidente prejuízo para sua identificação;
- (B) sendo requerido o divórcio por conversão, na modalidade consensual, o pedido pode conter a partilha de bens, se esta não houver sido realizada;
- (C) sendo requerido o divórcio por conversão, na modalidade litigiosa, o prazo para sua postulação é de um ano, contado da data da sentença que decretou a separação ou da decisão que concedeu a medida cautelar de separação de corpos;
- (D) sendo requerido o divórcio direto consensual, a medida só será decretada se contiver a partilha de bens;
- (E) sendo requerido em qualquer modalidade, a sentença que o decretar produzirá efeitos depois de registrada no Registro Público competente.

Questão nº 4: Rubens pretende fazer sua declaração de última vontade e tem conhecimento pessoal de vários requisitos que podem impedir que o ato que realizar venha a produzir seus esperados efeitos. Assinale a alternativa abaixo que contiver a afirmativa INCORRETA:

- (A) a velhice, por si só, não gera a incapacidade para testar;
- (B) o testador pode estabelecer legado em favor da prole eventual de pessoa designada no testamento, fixando prazo dentre do qual deverá ocorrer o nascimento do (s) legatário (s);
- (C) o legatário pode ser nomeado sob condição, para certo fim ou modo ou por certa causa;
- (D) para testar validamente, o testador deve ter alcançado a maioridade e não ser interditado;
- (E) a cláusula que deixar ao arbítrio do herdeiro a fixação do valor do legado é nula, salvo se estabelecida para beneficiar aquele que prestou serviços ao testador, por ocasião da moléstia de que faleceu.

Questão nº 5: O dolo é vício de vontade que torna anulável o negócio jurídico. Argüida a prática do dolo num determinado negócio, é INCORRETO afirmar que

- (A) a intenção de quem pratica o dolo é a de induzir o declarante a celebrar um negócio jurídico;
- (B) a utilização de recursos fraudulentos graves pode se dar por parte do outro contratante ou de terceiros, se forem do conhecimento daquele;
- (C) o silêncio intencional de uma das partes sobre fato relevante ao negócio também constitui dolo;
- (D) o dolo recíproco impede a anulação do negócio jurídico sobre o qual incidiu;
- (E) o dolo do representante de uma das partes obriga o representado a responder civilmente por todo o prejuízo do outro contratante, independentemente do proveito que o mesmo representado experimentar.

Questão nº 6: O fornecedor de produtos ou serviços responde, segundo o CDC, pela reparação dos danos causados aos consumidores. Nos contratos alcançados pela legislação consumerista, é INCORRETO afirmar que

- (A) o produto não é considerado defeituoso se outro de melhor qualidade vier a ser lançado no mercado;
- (B) a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro isenta o fornecedor da responsabilidade pelos danos causados pelo produto ou serviço;
- (C) o fornecedor pode ser eximido de responsabilidade quando demonstrar sua ignorância sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços;
- (D) o comerciante é responsável pela reparação dos danos, quando não se puder identificar o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador;
- (E) o profissional liberal tem, em regra, sua responsabilidade apurada mediante verificação de culpa.

Questão nº 7: Pagamento, segundo ANTUNES VARELLA, é a “realização real da prestação”. Contraída uma obrigação entre Clóvis e Miguel, é INCORRETO afirmar que

- (A) o fiador do mutuário é terceiro interessado no pagamento do débito;
- (B) o terceiro interessado que paga a dívida sub-roga-se em todos os direitos do credor;
- (C) o pagamento é válido quando o recebedor tiver a aparência de credor e o pagador estiver de boa-fé;
- (D) o credor pode ser compelido a receber antecipadamente a prestação, ainda que o prazo tenha sido estabelecido em seu benefício;
- (E) a presunção de pagamento pela entrega do título ao devedor é relativa.

Questão nº 8: “A lei nº 8.069/90 criou uma adoção com roupagens novas, vindo toda ela impregnada de afeto e amor.” (Arnaldo Marmitt). Sobre o instituto da adoção, tal como hoje disciplinado na legislação brasileira, é INCORRETO afirmar que

- (A) o vínculo da adoção estabelece a reciprocidade do direito hereditário exclusivamente entre o adotado e os pais adotivos;
- (B) o vínculo da adoção não pode ser estabelecido entre irmãos;
- (C) o adotante há de ser, no mínimo, 16 anos mais velho que o adotado;
- (D) o procedimento de adoção, iniciado por um casal, pode ser concluído se um dos cônjuges vier a falecer antes da sentença;
- (E) o estágio de convivência poderá ser dispensado, se o adotando tiver idade inferior a um ano ou, independentemente da idade, já estiver na companhia do adotante tempo suficiente para a avaliação da conveniência da adoção.

Questão nº 9: Aberta a sucessão de Francisco, constatou-se a inexistência de testamento. O patrimônio deixado pelo falecido é de R\$ 100.000,00 e não foram encontradas dívidas. Considerados estes aspectos, é INCORRETO afirmar que

- (A) a sucessão será deferida por cabeça e por stirpe, se o *de cujus* deixou 4 filhos vivos e 3 netos, filhos, estes, de um filho pré-falecido;
- (B) a colação será efetivada tanto pelos filhos vivos como pelos netos, estes com relação aos bens recebidos por seu pai;
- (C) a colação não será efetivada pelos herdeiros que receberam doações paternas, em razão da inexistência de testamento;
- (D) a colação deverá ser efetivada também por herdeiro que renunciar à herança;
- (E) a colação deverá ser efetivada também pelo herdeiro indigno.

Questão nº 10: A transmissibilidade das obrigações pode se dar por vontade das partes. “A cessão de crédito enfoca a substituição, por ato entre vivos, da figura do credor.” (Sílvio de Salvo Venosa). Sobre esta cessão é INCORRETO afirmar que

- (A) pode ocorrer a título oneroso ou gratuito;
- (B) o crédito é transferido intacto, tal como contraído;
- (C) os créditos inalienáveis por natureza, por força de lei ou por convenção entre credor e devedor não podem ser objeto de cessão;
- (D) o cedente garante ao cessionário a existência do crédito, nas cessões onerosas;
- (E) o cessionário não pode tomar medidas protetivas de seu crédito, antes de notificar o devedor.

Questões de Direito Processual Civil

Examinador: Desembargador Sérgio Resende

Nas questões 11 a 19, marque a opção CORRETA.

Questão nº 11: Na ação de exigir contas, o ato judicial que, encerrando a primeira parte do procedimento, determina o prazo de 48 horas para o réu vir prestá-las, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar, constitui

- (A) uma sentença de mérito desafiadora de apelação em seu efeito meramente devolutivo;
- (B) uma sentença de mérito desafiadora de apelação em seu duplo efeito;
- (C) uma sentença terminativa, facultando o juízo de retratação em caso de recurso;
- (D) um simples despacho de mero expediente;
- (E) uma decisão interlocutória desafiadora de agravo de instrumento.

Questão nº 12: Diz o art. 984 do CPC (inventário) que “ *o juiz decidirá todas as questões de direito e também as questões de fato*”, com a qualidade da imutabilidade da coisa julgada, resguardados apenas os limites subjetivos, quando este (fato) puder ser comprovado por

- (A) exclusiva prova documental;
- (B) simples oitiva de testemunhas;
- (C) documentos e, também, por prova oral;
- (D) perícia judicial no curso do próprio procedimento;
- (E) todos os demais meios de prova admitidos em juízo.

Questão nº 13: Diz o art. 801 do CPC (processo cautelar) que a petição inicial deverá conter as seguintes indicações: “ *I,II,III: a lide e seu fundamento*”. Dispensa-se o citado requisito no procedimento

- (A) preparatório de qualquer cautelar;
- (B) incidental de qualquer cautelar;
- (C) preparatório das cautelares típicas;
- (D) preparatório das cautelares atípicas;
- (E) incidental apenas das cautelares típicas .

Questão nº 14: Numa ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, o réu foi citado sem que constasse, no mandado, a advertência a que se refere o artigo 285, segunda parte, do CPC, tendo ocorrido a revelia. Concluídos os autos, o juiz deverá

- (A) determinar que o autor especifique as provas que pretenda produzir em audiência;
- (B) julgar a lide antecipadamente, em razão da revelia;
- (C) julgar a lide antecipadamente, por tratar-se de questão unicamente de direito;
- (D) julgar a lide antecipadamente, por acreditar na desnecessidade de produção de prova oral;
- (E) ordenar nova citação, constando a advertência de que, não sendo contestado o pedido, se presumirão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial.

Questão nº 15: Os embargos de terceiro, quando a constrição judicial opera-se num processo de execução, podem ser opostos em até cinco dias após a

- (A) realização da hasta pública;
- (B) arrematação, mas antes da assinatura da respectiva carta;
- (C) publicação do respectivo edital;
- (D) penhora;
- (E) designação da hasta pública.

Questão nº 16: Na ação de reivindicação de bem imóvel, satisfeitos os requisitos do pedido de tutela antecipada, o juiz pode

- (A) mandar imitir, desde logo, o autor na posse do imóvel;
- (B) declarar, desde logo, a propriedade do autor;
- (C) mandar fazer a necessária retificação no registro de imóveis;
- (D) condenar, desde logo, o réu nas perdas e danos;
- (E) mandar imitir o autor na posse do imóvel desde que, previamente, seja prestada a caução.

Questão nº 17: Alegando que o imóvel já foi demarcado pelos interessados, com o devido registro efetuado, o autor, afirmando que o confrontante anda dizendo ter havido erro na demarcação, outra requer, com a finalidade de confirmar a justeza dos limites, conforme marcos e linhas traçadas, afastando incertezas. Há informação de que o confrontante realmente está a tecer tais comentários. Neste caso o juiz,

- (A) pela dúvida, julga o pedido procedente;
- (B) por falta de interesse processual, julga o autor carecedor de ação;
- (C) desde logo, julga o pedido improcedente;
- (D) de ofício, determina a realização de uma perícia;
- (E) reconhecendo a falta de pressuposto processual e declarando estar o imóvel suficientemente demarcado, coloca fim ao processo.

Questão nº 18: A sentença proferida por juiz suspeito

- (A) é nula de pleno direito;
- (B) rescinde-se como os atos jurídicos em geral;
- (C) é válida e eficaz;
- (D) obriga o magistrado à indenização;
- (E) tem as mesmas consequências da proferida por juiz impedido.

Questão nº 19: O executado pode opor-se à execução mediante embargos do devedor. Quanto a estes é CORRETO afirmar que

- (A) admitem reconvenção e pedido contraposto;
- (B) a segurança do juízo é exigida independentemente da espécie de obrigação;
- (C) são apresentados perante o juízo deprecado e que sempre os julgará;
- (D) tem natureza de ação cognitiva incidental;
- (E) a apelação será recebida em duplo efeito no caso de sua rejeição.

Questão nº 20: Na jurisdição voluntária é INCORRETO afirmar que

- (A) a atuação do juiz sempre se orienta pelo interesse público, não sendo obrigado a observar critério de legalidade estrita;
- (B) a falta de resposta dos interessados não produz os efeitos da revelia;
- (C) em algumas hipóteses é possível a reconvenção;
- (D) o julgamento nunca pode ser por uma solução mais oportuna ou conveniente;
- (E) a sentença proferida poderá ser modificada se ocorrerem circunstâncias supervenientes.

Questões de Direito Penal

Examinador: Desembargador Mercêdo Moreira

Nas questões 21 a 29, marque a opção CORRETA.

Questão nº 21: João da Silva, pouco afeito ao manejo de arma de fogo, resolveu exibir para amigos o revólver que adquirira recentemente. Acabou, por inexperiência, acionando o gatilho, provocando disparo que atingiu pessoa que se encontrava por perto, ferindo-a. Esta foi socorrida. Levada a um hospital, foi submetida a intervenção cirúrgica para amputação de uma das pernas, ficando ali internada por trinta e cinco dias. João da Silva cometeu o crime de lesão corporal

- (A) culposa;
- (B) culposa de natureza grave;
- (C) culposa de natureza gravíssima;
- (D) de natureza grave;
- (E) de natureza gravíssima.

Questão nº 22: O crime de extorsão mediante seqüestro consuma-se no momento em que

- (A) o agente recebe a vantagem;
- (B) o agente exige a vantagem;
- (C) a vítima coloca a vantagem à disposição do agente;
- (D) a privação da liberdade da vítima se completa;
- (E) o agente solicita a vantagem.

Questão nº 23: José Vingativo fez disparos de arma de fogo na direção de Pedro Namorador, com o objetivo de matá-lo, por questão de ciúme ligada a uma namorada do primeiro, ferindo-o. Acabou também atingindo João Distraído, que, inesperadamente, surgira nas proximidades do local do fato, acarretando-lhe a morte. No presente caso houve:

- (A) concurso aparente de normas, respondendo o agente pela tentativa de homicídio praticado contra Pedro, absorvido o crime praticado contra João;
- (B) *aberratio ictus*, respondendo o agente pela tentativa de homicídio cometido contra Pedro, com a pena aumentada segundo a regra do concurso formal de crimes;
- (C) erro sobre pessoa, devendo José responder pelo homicídio cometido, como se o morto tivesse sido Pedro;
- (D) *aberratio delicti*, respondendo o agente pelo homicídio culposo praticado contra João, acrescida a pena segundo a regra do concurso formal de crimes;
- (E) concurso material de crimes, somando-se as penas dos crimes praticados contra Pedro e João.

Questão nº 24: Determinada pessoa foi condenada a um ano de detenção, em regime semi-aberto. A sentença condenatória transitou em julgado, tendo sido expedido mandado de prisão contra o condenado, mandado este que foi cumprido no dia 1º de fevereiro do ano bissexto de 2000, às 22:00 horas. A extinção da pena se dará no dia:

- (A) 1º-02-2001, às 24:00 horas;
- (B) 02-02-2001, às 24:00 horas;
- (C) 31-01-2001, às 24:00 horas.
- (D) 30-01-2001, às 24:00 horas;
- (E) às 22:00 horas de um dos quatro dias mencionados;

Questão nº 25: Mário de Souza cumpria a pena de 20 anos de reclusão por crime de homicídio. Exatamente no dia em que completava 14 anos de cumprimento de pena, veio a matar um companheiro de cela, crime pelo qual foi condenado à pena de 25 anos de reclusão. Mário deverá, teoricamente, permanecer na prisão, a contar do dia acima referido, caso não obtenha qualquer benefício durante a execução da pena por:

- (A) 31 anos;
- (B) 30 anos;
- (C) 29 anos;
- (D) 17 anos;
- (E) 16 anos.

Questão nº 26: Marque a única opção INTEIRAMENTE CORRETA.

- (A) Se um filho, querendo matar o próprio pai, contrata um pistoleiro, mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro, e este executa o crime, o pistoleiro incidirá nas sanções do crime de homicídio qualificado (ter cometido o crime mediante paga), enquanto o filho responderá por homicídio simples, pois essa circunstância, sendo de caráter pessoal, não elementar do crime de homicídio, é incomunicável;
- (B) Se o agente tem a previsão do resultado criminoso, no momento em que pratica a ação, necessariamente estará agindo ou com dolo direto ou com dolo eventual;
- (C) Os crimes unissubsistentes e os crimes omissivos próprios não admitem tentativa;
- (D) A embriaguez accidental, completa ou incompleta, é considerada como causa de exclusão de culpabilidade;
- (E) Nos crimes de ação privada o pedido de instauração do inquérito policial formulado pela vítima ao delegado é causa de suspensão do prazo decadencial.

Questão nº 27: José Julião, que, na data do fato (1º - 06 – 1998), estava com a idade de 19 anos, esfaqueou, numa briga, três pessoas. No dia trinta de agosto daquele ano, contra ele foi recebida denúncia pelo crime previsto no artigo 129, caput, do Código Penal, cuja pena é de detenção de três meses a um ano, em continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal). No dia 04 de setembro de 2000, o Juiz de primeiro grau condenou o réu, nos termos da denúncia, fixando pena idêntica para cada um dos crimes, ou seja, de dez meses de detenção, mas aplicando-lhe tão somente uma delas, com o aumento da metade, em face da continuidade delitiva, concretizando-a em um ano e três meses de detenção. Da sentença apenas a defesa recorreu. Em 10 de dezembro de 2000, o Tribunal julgou o recurso. Em relação à prescrição é CORRETO afirmar que:

- (A) O Juiz de primeiro grau deveria ter, por ocasião da prolação da sentença, declarado a prescrição retroativa de pretensão punitiva;
- (B) Na data do julgamento do recurso, o Tribunal deveria declarar a ocorrência da prescrição retroativa da pretensão punitiva extinguindo, assim, todos os efeitos da sentença condenatória;
- (C) O Tribunal deveria ter reconhecido a prescrição superveniente da pretensão punitiva, com base na pena aplicada;
- (D) A prescrição que deveria ter sido reconhecida pelo Tribunal seria a da pretensão executória, impossibilitando apenas o cumprimento da pena, mas permanecendo todos os efeitos secundários da sentença condenatória;
- (E) O MM. Juiz prolator da v. sentença não poderia ter condenado o réu, porque deveria ter reconhecido a extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, com base na pena “in abstracto” cominada ao crime.

Questão nº 28: Em relação à aplicação da pena é CORRETO afirmar que

- (A) as circunstâncias preponderantes são aquelas que resultam dos motivos determinantes, dos antecedentes e da reincidência;
- (B) as causas de aumento e de diminuição podem, respectivamente, superar os limites máximo e mínimo fixados em abstrato;
- (C) na fixação da pena base o juiz fará a apreciação conjunta das circunstâncias judiciais e legais;
- (D) a coação moral resistível constitui atenuante de pena e a irresistível, causa de diminuição de pena;
- (E) as circunstâncias atenuantes inominadas somente podem atenuar a pena se anteriores ao crime.

Questão nº 29: O falsário que introduz, de uma só vez, em circulação, toda moeda por ele falsificada, também de uma só vez, deverá ser punido com a pena de:

- (A) dois crimes, somadas, porque cometidos em concurso material;
- (B) um só dos crimes, sem aumento, por se estar em face de crimes em progressão;
- (C) um só dos crimes, a maior, com aumento de 1/6 a 2/3, porque cometidos em continuidade delitiva;
- (D) um só dos crimes, sem aumento, por se estar em face de crimes de ação múltipla;
- (E) um só dos crimes, a maior, com aumento de 1/6 até metade, porque cometidos em concurso formal.

Questão nº 30: Relativamente aos crimes mencionados a seguir, marque a opção INCORRETA.

- (A) A retratação é admitida nos crimes contra a honra subjetiva previstos no Código Penal;
- (B) Para a ocorrência do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio será indispensável que a vítima tenha capacidade de discernimento;
- (C) O crime de violação de segredo profissional só se verificará se a revelação do segredo puder produzir dano a outrem;
- (D) O crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio não ocorrerá se a vítima vier a sofrer apenas lesão corporal de natureza leve;
- (E) O crime de rixa só pode verificar-se com a participação de mais de duas pessoas.

Questões de Direito Processual Penal
Examinador: Desembargador Joaquim Herculano

Nas questões 31 a 37, marque a opção CORRETA.

Questão nº 31: No processo da competência do júri, a sentença do Juiz Presidente

- (A) deve obedecer às respostas dos jurados, exceto quanto às agravantes, que podem ser reconhecidas de ofício pelo sentenciante;
- (B) pode reconhecer qualificadoras desde que argüidas em plenário e haja pedido do Ministério Público para sua inclusão;
- (C) pode reconhecer causas especiais de diminuição da pena que devem ser questionadas antes das teses de desclassificação invocadas pela defesa;
- (D) só poderá reconhecer agravantes se questionadas e reconhecidas pelos jurados;
- (E) pode ser baseada apenas na resposta a uma série de quesitos sobre as duas infrações, quando constar do libelo a acusação de dois crimes contra o mesmo Réu, que receberam a mesma capitulação na pronúncia e no libelo.

Questão nº 32: Na hipótese de denúncia contendo a incursão delitiva por três crimes de homicídio consumado, praticados na mesma ocasião e em concurso, sendo um deles desclassificado na pronúncia para o crime de lesões corporais seguida de morte, em relação a este último delito, o Juiz da pronúncia deverá

- (A) proferir sentença, na oportunidade, aplicando a pena correspondente;
- (B) submetê-lo a julgamento pelo Tribunal do Júri junto com os demais crimes de homicídio;
- (C) desmembrar o processo e submetê-lo ao rito do Juiz singular;
- (D) remeter o processo ao Juiz competente para examinar os crimes punidos com a pena de reclusão;
- (E) separar os processos para o julgamento apartado.

Questão nº 33: A decisão proferida no incidente de falsidade faz coisa julgada

- (A) em qualquer processo ulterior;
- (B) em relação a posterior processo civil para apuração do dano moral;
- (C) em relação a ulterior processo para apuração de delito sujeito a ação penal pública incondicionada;
- (D) apenas em processo ulterior por crime sujeito à ação penal exclusivamente privada;
- (E) apenas em relação ao processo incidental em que foi proferida.

Questão nº 34: Verificando o Juiz, no interrogatório, que o Réu é analfabeto, deverá providenciar

- (A) para que o escrivão consigne tal fato no termo;
- (B) curador ao Réu para ler e assinar o termo;
- (C) para que qualquer pessoa assine o termo a rogo do Réu;
- (D) a colheita das impressões digitais do Réu no próprio termo;
- (E) para que o Oficial de Justiça presente ao ato, assine o termo no lugar do Réu.

Questão nº 35: A falta de exibição do mandado de prisão não obstará seu cumprimento quando tratar-se de

- (A) prisão, em caso de infração afiançável, desde que o Réu seja imediatamente apresentado ao Juiz que determinou a expedição do mandado;
- (B) prisão em virtude de sentença condenatória, qualquer que tenha sido a infração penal;
- (C) crime inafiançável, desde que o preso seja imediatamente apresentado ao Juiz que tiver expedido o mandado;
- (D) qualquer infração penal, desde que o mandado seja cumprido pelo Delegado de Polícia;
- (E) prisão em caso de qualquer infração, desde que tenha sido requerida ao Juiz pelo próprio Delegado de Polícia.

Questão nº 36: A *emendatio libelli* consiste em dar o Juiz, na sentença,

- (A) definição legal diversa da denúncia, em face de fatos novos surgidos no processo, independente de qualquer formalidade;
- (B) sem qualquer formalidade prévia, definição jurídica diversa da denúncia, em face de fatos novos surgidos no processo, desde que a pena seja menor que a da infração penal capitulada na peça acusatória;
- (C) em face de novos fatos surgidos no processo, definição legal diversa da denúncia, independente de qualquer formalidade, desde que a nova pena seja igual àquela prevista para a infração penal capitulada na peça acusatória;
- (D) independente de qualquer formalidade, nova definição legal ao fato criminoso narrado na denúncia;
- (E) nova definição jurídica aos fatos narrados na denúncia, mesmo que signifique aumento de pena, desde que ouvido o Ministério Público e a Defesa para indicação de novas provas.

Questão nº 37: O reconhecimento da incompetência *ratione loci* compreende a anulação

- (A) somente dos atos de decisão do Juiz incompetente;
- (B) de toda a instrução criminal;
- (C) somente das alegações da acusação;
- (D) da ação penal, desde o início, abrindo-se vista, no Juízo competente, ao Ministério Público para oferecimento de nova denúncia;
- (E) de todos os atos praticados pelo Juiz incompetente.

Questão nº 38: Quanto à admissibilidade e atuação do Assistente do Ministério Público é INCORRETO afirmar que:

- (A) O assistente pode ser admitido na fase da execução da pena;
- (B) O co-Réu não poderá ingressar como assistente;
- (C) O assistente não poderá recorrer da decisão que não o admitir no processo;
- (D) O assistente pode aditar o libelo;
- (E) O assistente pode ser admitido mesmo depois de encerrada a instrução.

Questão nº 39: Marque a opção INCORRETA.

Fazem jus à remição, pelo trabalho, de parte do tempo de execução da pena, os condenados

- (A) sujeitos ao regime integralmente fechado em virtude de crimes hediondos;
- (B) sujeitos ao regime semi-aberto;
- (C) sujeitos ao regime inicialmente fechado;
- (D) sujeitos ao cumprimento da pena em regime aberto;
- (E) reincidentes por ação de organização criminosa.

Questão nº 40: Marque a opção INCORRETA.

Constituem preceitos decorrentes da Constituição Federal:

- (A) a obrigatoriedade da prisão preventiva nos crimes de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;
- (B) a identificação do responsável pela prisão;
- (C) a vedação da fiança nos crimes considerados ou assemelhados a hediondos;
- (D) a imprescritibilidade do crime de prática do racismo;
- (E) a obrigatoriedade do relaxamento da prisão ilegal pela autoridade judiciária.

Questões de Direito Comercial

Examinador: Desembargador Lúcio Urbano

Nas questões 41 a 50, marque a opção CORRETA.

Questão nº 41: Se houver extravio, deterioração ou destruição dos livros comerciais, a empresa

- (A) publicará aviso em jornal e informará o ocorrido à Junta Comercial;
- (B) comunicará, o contador, ao CRC;
- (C) publicará aviso no Jornal do Comércio;
- (D) comunicará à Junta Comercial;
- (E) abrirá simplesmente novos livros, autenticando-os na Junta Comercial.

Questão nº 42: O registro da marca valerá

- (A) pelo prazo que conceder o DNPI;
- (B) perpetuamente, salvo se cassado por decisão judicial;
- (C) pelo tempo da atividade empresarial;
- (D) pelo prazo de 10 (dez) anos, renovável sucessivamente;
- (E) pelo prazo que o interessado solicitar.

Questão nº 43: A razão social da sociedade em comandita simples assim se compõe:

- (A) pelo patronímico dos sócios comanditado e comanditário, porque se trata de sociedade de pessoas;
- (B) pelo nome de outra sociedade que a integre e que entre com o capital;
- (C) por ser denominação, afastam-se os nomes dos sócios;
- (D) pelo patronímico do sócio que tenha maior capital;
- (E) pelo patronímico do sócio comanditado, apenas.

Questão nº 44: Na sociedade limitada, a responsabilidade do sócio pelas obrigações sociais cessa definitivamente

- (A) com a alteração contratual registrada na Junta Comercial, sem obrigações vencidas na época em que era sócio;
- (B) com a retirada por acordo entre os quotistas;
- (C) pelo não exercício da gerência;
- (D) com a integralização do capital;
- (E) pela qualidade de ser sócio minoritário.

Questão nº 45: No caso de aumento de capital da S/A, o acionista

- (A) tem direito de protestar contra a administração;
- (B) tem direito de vender as ações que possua;
- (C) tem direito de valer do direito de preferência para aquisições das novas ações;
- (D) tem direito de ingressar em juízo para impedir;
- (E) não tem nenhum direito, porque a maioria comanda a empresa.

Questão nº 46: Considera-se endosso parcial:

- (A) quando houver limitação escrita na cártula;
- (B) quando estiver limitado por documento autônomo;
- (C) quando houver contrato limitando;
- (D) quando estiver assinado transversalmente na cártula pelo endossante; ou
- (E) não há endosso parcial.

Questão nº 47: É possível sacar letra de câmbio em benefício do próprio sacador?

- (A) não, porque ninguém dá ordem a si mesmo;
- (B) sim, porque inexiste regra vedativa;
- (C) não, porque a lei não permite;
- (D) não, porque a letra de câmbio exige a presença de três figuras: sacador, sacado e tomador;
- (E) sim, desde que o faça apenas para registro contábil.

Questão nº 48: O cheque é inválido:

- (A) quando inexistir contrato de conta corrente entre o sacador e o sacado, pelo qual se admita saque através de cheque;
- (B) quando o sacador não tiver conta bancária;
- (C) quando a conta bancária foi aberta com nome incompleto do sacador;
- (D) quando a folha do cheque estiver contrariando norma do Banco Central;
- (E) nenhuma das hipóteses.

Questão nº 49: A responsabilidade civil do transportador de pessoas pode ser afastada:

- (A) em hipótese nenhuma, porque o transportador se obriga desde o embarque até o definitivo desembarque;
- (B) em caso de ato de terceiro;
- (C) em caso de culpa exclusiva da vítima;
- (D) em caso de ato manifestamente irresponsável do condutor do veículo;
- (E) em caso de defeito imprevisível do veículo.

Questão nº 50: O falido requereu concordata suspensiva. Opuseram-se o síndico, os credores e o Ministério Público, porque já oferecida denúncia por crime falimentar. Sucede que o Juiz rejeitou a denúncia e, por causa disso, deferiu a concordata suspensiva. O MP recorreu contra a rejeição da denúncia. Em andamento a concordata, o Tribunal proveu o recurso ministerial e recebeu a denúncia. Pergunta-se: essa decisão do Tribunal obrigatoriamente cassa a decisão concessiva da concordata suspensiva?

- (A) não, porque concedida, prevalecerá até sentença condenatória definitiva;
- (B) sim, após o trânsito em julgado da decisão do Tribunal;
- (C) sim, depois que simplesmente o acórdão for publicado;
- (D) sim, depois que o juiz for comunicado da decisão superior;
- (E) sim, porque agora há denúncia recebida a impedir o deferimento da concordata.

Questões de Direito Constitucional

Examinador: Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho

Nas questões 51 a 57, marque a opção CORRETA.

Questão nº 51: A classificação das Constituições em “Constituição normativa, Constituição nominal, e Constituição semântica” foi formulada por:

- (A) Carré de Malberg;
- (B) Carl Schmitt;
- (C) Georges Burdeau;
- (D) Gomes Canotilho;
- (E) Karl Loewenstein.

Questão nº 52: Cabe ação direta de inconstitucionalidade contra:

- (A) lei municipal impugnada ante texto da Constituição Federal;
- (B) proposta de emenda à Constituição;
- (C) tratado internacional incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro;
- (D) lei de efeitos concretos;
- (E) lei revogada.

Questão nº 53: A Constituição Federal de 1988 atribui, enumerada e expressamente aos Estados-Membros, competência para :

- (A) manter relações com organismos nacionais e internacionais de financiamento;
- (B) organizar o Governo e a Administração;
- (C) manter relações com a União, os Estados Federados, o Distrito Federal e os Municípios;
- (D) firmar acordo, convênio, ajuste e instrumento congênere;
- (E) instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas.

Questão nº 54: Consideram-se brasileiros natos os nascidos no estrangeiro,

- (A) de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- (B) de pai brasileiro e de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- (C) de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- (D) de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira;
- (E) de pai brasileiro e de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.

Questão nº 55: A Câmara dos Deputados e o Senado Federal reúnem-se separadamente para

- (A) inaugurar sessão legislativa;
- (B) apreciar medida provisória;
- (C) discutir e votar o orçamento;
- (D) delegar ao Presidente da República poderes para legislar;
- (E) conhecer do veto e sobre ele deliberar.

Questão nº 56: O decreto que instituir o estado de defesa indicará, nos termos e limites da lei, medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

- (A) busca e apreensão em domicílio;
- (B) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;
- (C) restrição à liberdade de imprensa;
- (D) restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio de associações;
- (E) intervenção nas empresas de serviços públicos.

Questão nº 57: A Constituição Federal de 1988 prevê, relativamente à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, que:

- (A) as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro;
- (B) o decreto desapropriatório autoriza os Estados a propor a ação de desapropriação;
- (C) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação;
- (D) são isentas de tributos federais, estaduais e municipais as operações de transferência dos imóveis desapropriados;
- (E) a prévia e justa indenização do imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, se fará em títulos da dívida agrária resgatáveis no prazo de até quinze anos, a partir do segundo ano de sua emissão.

Questão nº 58: Marque a opção INCORRETA.

Aplica-se à interpretação constitucional o princípio:

- (A) da conformidade funcional;
- (B) da unidade da Constituição;
- (C) do efeito integrador;
- (D) da máxima efetividade;
- (E) da obrigatoriedade da interpretação autêntica.

Questão nº 59: Marque a opção INCORRETA.

Constitui limitação constitucional ao poder de tributar:

- (A) a utilização de tributo com efeito de confisco;
- (B) a cobrança de tributo com a observância do princípio da anualidade;
- (C) a exigência ou o aumento de tributo sem lei que o estabeleça;
- (D) o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;
- (E) o estabelecimento, pelos entes federativos, de diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Questão nº 60: Marque a opção INCORRETA.

A Constituição Federal de 1988 consagra como princípio de política global do meio ambiente o:

- (A) princípio da prevenção e da precaução;
- (B) princípio da não obrigatoriedade da intervenção estatal;
- (C) princípio da informação e da notificação ambiental;
- (D) princípio da educação ambiental;
- (E) princípio do desenvolvimento sustentado.

Questões de Direito Administrativo

Examinador: Desembargador Wander Marotta

Nas questões 61 a 70, marque a opção CORRETA

Questão nº 61: A indelegabilidade de atos da chamada polícia administrativa ou judiciária não impede que certos atos materiais sejam delegados a particulares. O poder de polícia, que tem entre seus atributos a coercibilidade e a auto-executoriedade, quando exercido pelo Poder Judiciário, não pode ser delegado, a não ser

- (A) em execução de sentença;
- (B) para limitar o exercício de direito individual;
- (C) na não ocorrência de ilícito penal;
- (D) nos casos especiais de polícia; ou
- (E) o Judiciário não exerce poder de polícia em nenhum dos casos citados.

Questão nº 62: A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como “requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente de Federação” (art. 11). Em relação a esta previsão legal é correto afirmar que

- (A) o Município não pode receber transferências voluntárias se não prevê a arrecadação do imposto sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis;
- (B) o Município, ente da federação, não pode receber transferências voluntárias se não prevê a arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural;
- (C) o Município, ente da federação, não pode receber transferências voluntárias da União se se omite na arrecadação de suas taxas;
- (D) o Município não pode receber transferências voluntárias se não institui taxas sobre a prestação de serviços de transporte ocorrida em seu território;
- (E) a renúncia de receita é vedada na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão nº 63: A licença é um ato administrativo

- (A) unilateral, discricionário, permitido e declaratório;
- (B) declaratório, unilateral e vinculado;
- (C) unilateral, discricionário e precário;
- (D) unilateral, complexo, e que confere direito à prestação de um serviço;
- (E) enunciativo e vinculado, por via do qual a Administração permite a alguém o exercício de uma atividade.

Questão nº 64: As sociedades de economia mista estão submetidas ao regime de licitação, seja por força do que dispõe a Emenda Constitucional nº 19/98, seja por força das disposições da Lei 8666/93, uma vez que a regra do art. 173, par. 1º, III, da CF, não é auto-aplicável. Mas a exigência não prevalece para a contratação por elas realizadas com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. Nessa última hipótese ocorre:

- (A) inexigibilidade;
- (B) competição diferida;
- (C) dispensa;
- (D) facultatividade discricionária;
- (E) adjudicação compulsória.

Questão nº 65: O indulto – ou a sanção de uma lei – é um ato

- (A) político;
- (B) material;
- (C) administrativo;
- (D) judiciário;
- (E) executório.

Questão nº 66: O controle do Legislativo sobre a Administração Pública, seja o do tipo político, seja o financeiro, não admite

- (A) inovação da legislação ordinária;
- (B) participação popular;
- (C) controle interno;
- (D) sistema de auditoria;
- (E) o poder de autotutela.

Questão nº 67: Em relação ao servidor público é CORRETO afirmar que

- (A) o aproveitamento é o reingresso do funcionário demitido, quando for invalidada por sentença judicial a sua demissão;
- (B) os agentes políticos estão compreendidos na expressão “agentes públicos”;
- (C) a readaptação só pode ocorrer em cargos de provimento em comissão;
- (D) o funcionário não estável, se for declarada a desnecessidade do seu cargo, pode ser demitido ex officio, sem direito ao contraditório ou defesa;
- (E) o reingresso de servidor colocado em disponibilidade chama-se reversão.

Questão nº 68: Relativamente ao sistema normativo do domínio público, é CORRETO afirmar que

- (A) a desapropriação por zona constitui forma de desapropriação indireta;
- (B) a retrocessão significa que o bem pode reverter ao cessionário do imóvel;
- (C) as terras devolutas são bens dominicais indisponíveis;
- (D) as terras devolutas são bens dominicais disponíveis e discrimináveis; ou
- (E) há duas respostas corretas.

Questão nº 69: A servidão administrativa

- (A) constitui sempre uma forma de limitação administrativa;
- (B) importa uma ocupação temporária do imóvel;
- (C) é também uma espécie de requisição do bem imóvel;
- (D) afeta a exclusividade do direito de propriedade, já que impõe a obrigatoriedade de suportar um ônus real;
- (E) não tem caráter perpétuo.

Questão nº 70: Leia atentamente as afirmativas abaixo (1,2,3,4) e, logo após, no campo das alternativas (A,B,C,D,E), assinale a resposta CORRETA.

1) As pessoas jurídicas de direito público, se fornecedoras de produtos ou de prestação de serviços, estão submetidas ao sistema de proteção e tutela do Código de Defesa do Consumidor.

2) Somente as concessionárias ou permissionárias de serviço público estão submetidas às regras acima referidas.

3) Os Municípios podem, em caráter concorrente com a União e os Estados, e em sua respectiva área de atuação administrativa, baixar normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

4) Os Estados, desde que em litisconsórcio ativo com o Ministério Público, podem propor ação civil pública a título coletivo para a defesa de interesses e direitos dos consumidores e das vítimas.

- (A) nenhuma das proposições está correta;
- (B) só está correta a de nº 3;
- (C) só está correta a de nº 1;
- (D) estão todas corretas;
- (E) estão corretas a de nº 2 e a de nº 3.

A T E N Ç Ã O

COM SUA ESCRITA HABITUAL, TRANSCREVA, NO VERSO DA FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO), A FRASE QUE ESTÁ ENTRE ASPAS:

“Na história dos povos nunca foi tão grande, como hoje, o clamor dos humildes pelo afago da Paz e da Justiça”.

Des. Gudesteu Biber Sampaio
Frase retirada do discurso de posse na Presidência do TJMG